EMENDA Nº ____/2019
(Ao PL nº 3267/2019, 4 de junho de 2019)
(da Sra. Christiane Yared)

Altera o Art. 4º do Projeto de Lei nº
3267 de 2019.

Art. 1º. O Art. 4º do Projeto de Lei nº 3267 de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º “As Carteiras Nacionais de Habilitação expedidas antes da data de entrada em vigor desta Lei permanecem com o prazo de validade inalterado.” (NR)

Sala das comissões, Setembro de 2019.

Christiane Yared

PL-PR

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei (PL) nº 3267 de 2019, de autoria do Poder Executivo, promove significativas alterações na Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Conforme previsto no art. 1º do referido Código, “o trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se” pelo CTB. Dentre as medidas propostas está a alteração no prazo de validade das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) de 5 para 10 anos, para pessoas com idade igual ou inferior a 65

anos, e de 3 para 5 anos, para pessoas com mais de 65 anos de idade. Tal mudança possui, inegavelmente, diversas implicações administrativas. Por exemplo, as CNH expedidas após a entrada em vigor da Lei informarão, obviamente, os prazos de validade já adequados à nova legislação. Todavia, como isso seria possível nos documentos de habilitação já expedidos previamente? Como modificar e atualizar os dados já contidos nas bases cadastrais de cada Departamento de Trânsito (Detran) estadual? Ou então, como seria a atuação dos agentes de trânsito quanto à fiscalização das habilitações já expedidas previamente? Vale lembrar que os exames médicos realizados para a expedição das habilitações com base na Lei vigente foram aplicados sob a ótica médica para validade igual ou inferior a 5 anos. Assim sendo, ante a inviabilidade técnica de retroatividade na ampliação da validade das CNH, a emenda ora apresentada estabelece que as habilitações expedidas antes da entrada em vigor da Lei proposta permanecerão com o prazo de validade inalterado. Tal medida deverá evitar confusões tanto institucionais, nos órgãos competentes do trânsito, quanto sociais, dentro da própria população que não mais saberia se o prazo de validade considerado seria aquele escrito no documento, ou algum outro.

Diante do Exposto solicito a ajuda dos pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, setembro de 2019.

Christiane Yared

PL-PR